



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2026 (Do Sr Capitão Alden)

Apresentação: 01/04/2026 09:33:48.650 - Mesa

RIC n.735/2026

Requer informações ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania acerca da implementação, funcionamento e eventual continuidade do programa “Pra Viver”, destinado ao apoio de policiais vitimados no exercício da função.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania as seguintes informações:

1.O programa “Pra Viver”, lançado em 2020 com a finalidade de prestar apoio a policiais vítimas de danos no exercício da profissão, encontra-se atualmente em funcionamento?

2.Em caso afirmativo:

a) Em quais unidades da federação o programa está implementado?

b) Quantos profissionais de segurança pública já foram atendidos desde sua criação?



* C D 2 6 0 2 2 2 5 6 4 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

c) Quais são as ações efetivamente desenvolvidas no âmbito do programa (assistência psicológica, jurídica, social, esportiva, cultural, entre outras)?

d) Qual o orçamento destinado ao programa nos últimos anos e qual a previsão para o exercício de 2026?

e) Há previsão de ampliação do programa para outros estados?

3. Em caso negativo:

a) Quais foram os motivos para a descontinuidade ou paralisação do programa?

b) Há previsão de retomada ou substituição por iniciativa semelhante?

4. O programa “Pra Viver” foi incorporado a outras políticas públicas, como o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida)? Em caso afirmativo, de que forma?

5. Existem avaliações de impacto, relatórios de execução ou indicadores oficiais que demonstrem os resultados alcançados pelo programa?

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informação tem por finalidade esclarecer a situação atual do programa “Pra Viver”, iniciativa lançada em 2020 com o objetivo de oferecer apoio integral a policiais vitimados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

no exercício da função, abrangendo assistência psicológica, social, jurídica e ações de reintegração à vida ativa.

A necessidade de apuração sobre a continuidade e efetividade desse programa se insere em um contexto preocupante, amplamente documentado por dados oficiais, que revelam o elevado nível de exposição a riscos, adoecimento e vitimização dos profissionais de segurança pública no Brasil.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registra, anualmente, centenas de casos de policiais feridos ou mortos em decorrência da atividade profissional, além de milhares de afastamentos por motivos de saúde física e mental. O mesmo levantamento aponta que, em anos recentes, o número de policiais que tiraram a própria vida superou, em determinados períodos, o número de mortes em serviço, evidenciando a gravidade da crise de saúde mental na categoria.

Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública indicam que o programa “Escuta SUSP”, integrante do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), já realizou mais de 26 mil atendimentos psicológicos a profissionais de segurança pública em todo o país, o que demonstra a elevada demanda por apoio especializado e a dimensão do sofrimento psíquico enfrentado por esses trabalhadores.

Adicionalmente, informações divulgadas pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania apontam que o Brasil registra mais de uma centena de suicídios anuais entre agentes de segurança pública, com taxas significativamente superiores às da população em geral.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

Trata-se de um indicador alarmante que reforça a urgência de políticas públicas estruturadas e contínuas de prevenção, acolhimento e reabilitação.

No âmbito estadual, levantamentos como o realizado no Estado do Rio de Janeiro indicam que, em um período de cinco anos, mais de 3 mil policiais militares foram feridos em serviço, muitos deles com sequelas permanentes, incapacitantes para o exercício da função. Esse cenário evidencia não apenas o risco inerente à atividade, mas também a necessidade de políticas permanentes de assistência e reinserção.

Foi justamente nesse contexto que surgiu o programa “Pra Viver”, concebido como uma iniciativa inovadora de valorização dos profissionais de segurança pública, ao propor ações concretas de apoio àqueles que sofreram danos no exercício da profissão, bem como a seus familiares.

Entretanto, apesar de sua relevância e do impacto potencial, não há, atualmente, informações públicas claras e atualizadas acerca de sua continuidade, abrangência, execução orçamentária e resultados efetivos. Tal lacuna compromete a transparência da ação estatal e dificulta a avaliação de políticas públicas voltadas a uma das categorias mais estratégicas para o funcionamento do Estado brasileiro.

A ausência de informações também gera insegurança entre os próprios profissionais de segurança pública, que frequentemente relatam a falta de suporte institucional adequado após situações de vitimização, afastamento ou adoecimento decorrente da atividade laboral.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Poder Legislativo exerça seu papel constitucional de fiscalização, buscando





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Capitão Alden – PL/BA

esclarecer se o programa permanece ativo, se foi descontinuado ou se suas ações foram absorvidas por outras políticas públicas, como o Pró-Vida.

Mais do que uma medida de controle, este requerimento representa um compromisso com a valorização dos profissionais de segurança pública, que diariamente colocam suas vidas em risco em defesa da sociedade brasileira. Garantir transparência, continuidade e efetividade nas políticas de apoio a esses trabalhadores é condição essencial para promover dignidade, reconhecimento e justiça a essa categoria.

Ante o exposto, justifica-se a presente solicitação, contando com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado **Capitão Alden**

